

Artigo de Pesquisa**CADEIA DE VALOR DA PIAÇAVA E TECNOLOGIAS E INOVAÇÕES SOCIAIS DO POVO WEREKENA NO RIO XIÉ, TERRA INDÍGENA ALTO RIO NEGRO – AMAZONAS/BRASIL****Piassava Value Chain: Social Technologies of the Werekena People in the Xié River – Amazonas/Brazil**

Diego Ken Osoegawa¹, Ivani Ferreira de Faria²

¹ Universidade Federal do Amazonas, Dabukuri, Manaus, Brasil. Email. diego.ecologo@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-0498-6917>

² Universidade Federal do Amazonas, Dabukuri/Departamento de Geografia, Manaus, Brasil. Email. ivanifaria@ufam.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7543-2348>

Recebido em 20/03/2024 e aceito em 31/07/2024

RESUMO: Este artigo é resultado de pesquisa desenvolvida sobre o manejo da piaçava pelo povo Werekena no Rio Xié/Terra indígena Alto rio Negro e tem como objetivo discutir uma proposta de reestruturação da cadeia de valor da piaçava. A institucionalização da participação dos povos indígenas na cadeia de valor da piaçava é uma alternativa que vêm sendo discutida pelos Werekena como uma ferramenta de empoderamento e geração de relações mais justas na comercialização dessa fibra e seus produtos. O resultado dessa atividade serviu como subsídio para esta proposta de reestruturação da cadeia de valor, tendo em vista os anseios e possibilidades de atuação vislumbrados pelos indígenas da região e uma recomendação de ações para que apoiem esse processo de transição que se fundamenta nas informações dos valores da economia indígena, nos dados da pesquisa, na sabedoria dos piaçabeiros e artesãos, nas experiências de outros projetos de sustentabilidade da região e nas possibilidades articulação local com órgãos do poder público.

Palavras-chave: Sociobiodiversidade; Bem viver; Manejo cultural, Economia Indígena; Conhecimentos ancestrais.

ABSTRACT: This article presents the results of research conducted on the management of piassava palm by the Werekena people in the Xié River/Alto Rio Negro Indigenous Land, aiming to discuss a proposal for restructuring the piassava value chain. The institutionalization of indigenous participation in the piassava value chain is an alternative that has been discussed by the Werekena as a tool for empowerment and the generation of fairer relationships in the commercialization of this fiber and its products. The outcome of this activity served as a basis for the proposed restructuring of the value chain, considering the aspirations and possibilities of action envisioned by the indigenous people of the region, and recommending actions to support this transition process based on information on indigenous economic values, research data, the wisdom of piassava gatherers and artisans, experiences from other sustainability projects in the region, and the potential for local coordination with public authorities.

Keywords: Sociobiodiversity; Buen Vivir (Good Living); Cultural management; Indigenous Economy; Ancestral knowledge.

INTRODUÇÃO

A Terra Indígena Alto Rio Negro, onde encontra-se a área de estudo desta pesquisa, foi homologada em 1998 com 8.150 milhões de ha com 95% da população indígena, 22 povos das famílias Tukano Oriental, Arawak e Japurá Uaupés falantes de 19 línguas indígenas das 04 famílias linguísticas Tukano Oriental, Arawak, Japurá-Uaupés e Tupi (representado pelo Nheengatu falado pelos povos Baré, Werekena e parte dos Baniwa do Baixo Rio Içana).

Nessa perspectiva, um dos principais diferenciais para a Amazônia, especificamente a região do alto Rio Negro no estado do Amazonas, é a diversidade dos povos indígenas que ocupam esse território desde tempos imemoriais que mesmo em condições desafiadoras, vêm resistindo às pressões da sociedade nacional e, e por isso, necessitam de fortalecer e registrar suas tecnologias sociais e econômicas tradicionais para sobreviverem.

Além da grande diversidade cultural existente no Alto Rio Negro, esta região também abriga grande diversidade de ecossistemas, contendo variações quanto às comunidades biológicas, produtividade primária, biomassa, e a as potencialidades de aproveitamento agrário (FARIA, 2003).

Trata-se de uma zona coberta por uma densa floresta equatorial úmida sobre solos ácidos (latossolos – cor avermelhada ou amarela) se alterna com áreas de igapós (parte da floresta sujeita a inundações periódicas) e/ou de caatingas amazônica, conhecida como campinarana (vegetação de floresta baixa que cresce sobre solos arenosos). A heterogeneidade na distribuição dessa vegetação repercute sobre a localização das nações indígenas e sua densidade populacional, assim como na espacialização das áreas economicamente aproveitáveis para a agricultura, a pesca, a caça, a coleta e, sobretudo, no sistema produtivo. As áreas de campinarana e igapó são impróprias para a agricultura, embora os igapós tenham alta produtividade pesqueira nos períodos de enchentes.

Os rios Negro, Uaupés, Içana e Xié são denominados regionalmente de rios de “água preta” e são associados geralmente a solos pouco férteis, particularmente solos de areia branca e podzol, oriundos das depressões cristalinas que drenam. São rios que apresentam menor abundância de biomassa aquática devido ao fato de serem pobres em nutrientes minerais, baixa penetração da luminosidade devido à coloração escura e à sua elevada acidez, provocada pela decomposição do limo e matéria orgânica provenientes da vegetação das margens, que consome oxigênio e libera ácido carbônico durante o processo de fotossíntese (FARIA, 2003, p. 13).

Os ecossistemas de regiões de rios de águas pretas são inadequados à agricultura intensiva, o que deve ser considerado nos planos de desenvolvimento para evitar a utilização irracional dos seus solos. A simplificação dos ecossistemas e a perda de cobertura vegetal, associados à atividade agrícola acarretaria o esgotamento dos recursos naturais, agravados pela alta pluviosidade, que propicia a lixiviação e ampliam o potencial erosivo (MORAN, 1990).

É necessário valorizar o sistema socioprodutivo do Rio Negro, caracterizado pelos sistemas agrícolas indígenas e o extrativismo da sociobiodiversidade, que tem como

base as relações familiares, a utilização de tecnologias sociais (técnicas de manejo, derrubada, roçado e queima da vegetação) integradas às práticas culturais e aos ciclos ecológicos da floresta. Estas práticas promovem a diversificação de micro-habitats.

Esta diversificação, quando vista sob a ótica da agricultura intensiva é considerada como um empecilho, pois dificulta a utilização de técnicas de agricultura em larga escala. Contudo, na região, esta característica é um dos principais fatores que permitem a sobrevivência e sustentabilidade dos povos da região, que desenvolveram técnicas extremamente especializadas e um incrível número de cultivares que permitem que cada micro-habitat seja aproveitado.

A diversidade cultural é que permite que estes povos vivam e produzam em situações de baixa fertilidade de solo. As relações culturais com o ambiente promovem o aumento da fertilidade dos solos, da diversidade genética, biológica e ecossistêmica através da prática da cultura viva, que se mantém circulando e se atualizando da prática cotidiana e da partilha intergeracional de saberes. Estes são saberes estruturantes, integrais, que não podem ser compartimentalizados pela concepção moderna do conhecimento, de forma que não se podem dissociar as tecnologias sociais, conhecimento ecológico, as cosmologias, a organização social, os valores.

Apesar de todas estas tecnologias, os povos indígenas vivenciam uma realidade diferente da que permitiu o desenvolvimento destes saberes. Hoje os agrupamentos se tornaram maiores e a pressão sobre a caça, pesca e espécies vegetais de interesse é maior, de forma que algumas populações vêm aprendendo e ressignificando novos elementos para lidar com esta realidade.

Optou-se pela metodologia da pesquisa participante, com trabalho de campo nas comunidades Werekena localizadas no rio Xié/TI Alto Rio Negro (figura 1), por meio de 3 oficinas de gestão do conhecimento, observação participante de 3 assembleias da Associação das Comunidades Indígenas do rio Xié (ACIRX) ou oficinas acerca da cadeia de valor da piaçava, 43 conversas dialogadas com os werekena, registros fotográficos além de levantamentos de dados secundários sobre a problemática em questão. Para análise dos desafios a serem enfrentados utilizou-se a metodologia da Árvore de Problemas, desenvolvido pela agência alemã de Cooperação Técnica (GTZ) na década de 80 (KUMMER, 2007) rebatizada como “Tucumã de Ideias”. Trilha a qual seguimos juntos na tentativa de superar a visão colonial e eurocêntrica presente na academia brasileira.

Os resultados de pesquisa apresentados neste artigo são fruto de investigação realizada no âmbito do projeto Universal do CNPQ intitulado “Etnodesenvolvimento em Território Indígena: manejo cultural e cadeia produtiva da piaçava no Rio Xié/Alto Rio Negro – Amazonas”. A pesquisa contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas.

OS WEREKENA DO RIO XIÉ

Os povos da região se alimentam basicamente da caça, pesca e agricultura. Além dessas fontes de alimentação, os indígenas recorrem à compra de mercadorias e produtos em São Gabriel da Cachoeira/AM e outras comunidades. Esta prática é mais comum e ganha mais importância em comunidades que são mais próximas à sede do município e em comunidades maiores, nas quais a pressão sobre os bens comuns de caça e pesca são maiores e que já estabeleceram seus comércios locais.

Assim, além da luta pela demarcação de suas terras, os povos indígenas hoje enfrentam outros desafios, como sobreviver na terra já demarcada e proteger seus conhecimentos e patrimônios frente a exploração da sociedade ocidental onde tudo se transforma em mercadoria, em capital. Formas próprias de gestão territorial articulada à sociobiodiversidade promovem a sustentabilidade ambiental, cultural, econômica, social e o fortalecimento de conhecimentos e de tecnologias sociais próprias que devem ser desenvolvidos e implementados de forma participante para que se possa atingir o bem viver nos territórios indígenas.

Portanto, é necessário valorizar as práticas que sejam capazes de promover a sustentabilidade dos povos indígenas, a manutenção de seus valores socioculturais e ampliar as possibilidades para que possam seguir desenvolvendo seus projetos societários.

O manejo e comercialização da piaçava está entre as práticas que podem fazer parte do planejamento de um projeto de futuro para os povos indígenas do Rio Xié frente a realidade globalizada vivenciada hoje, para que seja possível resistir às pressões globalizantes do capitalismo através da construção da indigenização da modernidade (SAHLINS, 1997)

O rio Xié é um dos principais afluentes do Rio Negro e às suas margens existem piaçabais, regiões em que a piaçava ocorre em abundância, de forma agregada, nas áreas de terra firme da floresta amazônica que são entre cortadas por zonas alagadiças de antigos canais ou igarapés.

Este rio é historicamente relacionado com a extração da piaçava, devido à ocorrência de piaçabais na região dos tributários que se originam à margem direita (sentido montante). As comunidades mais próximas dos piaçabais são Anamoin, Tukano, Kunuri e Umarituba habitadas pelos povos Werekena e Baré (figura 1).

Para entender a cadeia de valor da piaçava em contexto intercultural se faz necessário conhecer um pouco dos elementos socioculturais do povo Werekena, majoritário na região. As referências encontradas partem da bibliografia, de observações e relatos de campo sobre a origem, história, modo de vida do povo Werekena.

Os Werekena vivem principalmente ao longo do Rio Xié, para onde grande parte deles migrou compulsoriamente em razão do contato com os não-indígenas, cuja história foi marcada pela violência e pela exploração do trabalho extrativista do látex (no início do século XX), do cipó, que sofreu grande impacto da extração predatória, e da piaçava até o presente momento. O Rio Xié faz parte do seu território Werekena atual, que convivem principalmente com os Baré, que migraram para região devido às relações de patronagem.

Comunidades do Território Werekena

TI Alto Rio Negro - São Gabriel da Cachoeira/AM

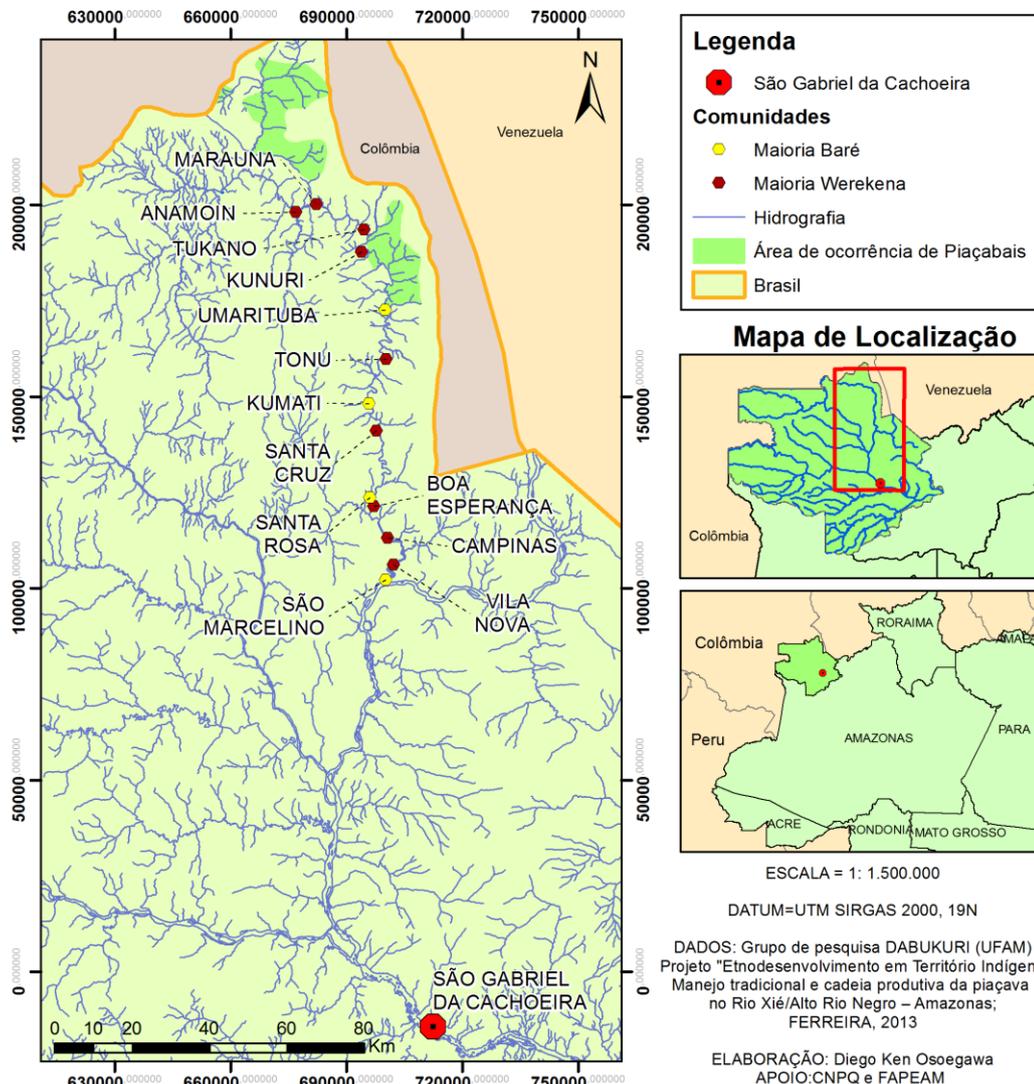


Figura 1. Mapa de localização da área de estudo e dos piaçabais. **Fonte:** OSOEGAWA (2018).

O sistema de patronagem também contribuiu para a substituição da Língua Werekena pela Língua Nheengatu nas comunidades da maneira inversa à que já foi referida. Além de trazer falantes de Nheengatu para trabalhar no rio Xié, os padrões cooptavam fregueses¹ Werekena e os levavam para trabalhar em outras regiões do Rio Negro falantes de *Yêgatu*.

O valor do trabalho dos indígenas era subvalorizado e os padrões muitas vezes utilizavam de violência para obrigá-los a se manterem na atividade para o qual foram “contratados”, sob regime de escravidão, até encerrarem a dívida, que muitas vezes não ocorria pela aplicação das relações abusivas da patronagem. “Quando os

¹ Fregueses são nesse caso, os indígenas que necessitavam de produtos industrializados em troca de suas produções sempre em uma relação desfavorável de valor, na qual ficavam sempre endividados com os padrões (comerciantes, regatões).

Werekena conseguiram fugir da exploração no Médio Rio Negro e voltar para o Alto rio Negro, traziam mulheres e filhos, falantes de Nheengatú” (CRUZ, 2011).

Ao longo da história, a piaçava sempre foi um importante recurso do Extrativismo no Alto Rio Negro, no registro dos primeiros naturalistas já constava a produção e comercialização da Piaçava. Contudo as cadeias produtivas do extrativismo sempre se caracterizaram pela intensa exploração dos extrativistas e por relações de trabalho escravo e de semiescavidão².

Hoje a situação de escravidão no Rio Xié não ocorre mais depois da demarcação da Terra indígena, mas a situação de exploração é evidente. Ocorre por parte dos regatões, que são comerciantes fluviais que fornecem os produtos industrializados trazidos da cidade em troca dos produtos indígenas, oriundos da agricultura, do extrativismo e do artesanato.

Esta troca ocorre de forma injusta, de maneira que é cobrado muito caro pelos produtos industrializados (arroz, roupas, terçados e outros instrumentos para agricultura) e paga-se muito pouco pelos produtos indígenas. Uma vassoura de piaçava pode ser trocada por um litro de gasolina em Anamoim, a comunidade mais à montante do rio Xié, que por sua vez pode ser revendida na cidade por até 15 reais na sede do município. Outra comparação que pode ser feita para termos a dimensão dos preços abusivos é com pilhas AA Panasonic, que são compradas na cidade por 1 real cada e são vendidas por 5 reais em Anamoim (ou trocada de forma igualmente desigual pelos produtos indígenas principalmente farinha e piaçava) (Fonte: Pesquisa de Campo, 2015).

A reestruturação da cadeia de valor da piaçava é uma demanda da Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié (ACIRX), visando estruturar uma iniciativa que apoie melhores condições para a comercialização da piaçava, seus artefatos e artesanatos, para impulsionar a valorização da identidade e da arte indígena.

O manejo da piaçava no Rio Xié teve forte queda desde 1998 após reunião da ACIRX, em que os indígenas decidiram parar de trabalhar com sua extração diante das condições exploratórias que os patrões impunham. Apenas poucas famílias seguiram extraindo e produzindo artefatos de piaçava, a maioria começou a se dedicar mais a outras atividades produtivas como a agricultura e produção de farinha.

Portanto, a reestruturação da cadeia de valor da piaçava visa retomar o manejo da piaçava por meio de uma concepção que parta da sustentabilidade e valorize de forma multidimensional os produtos indígenas, pelo que representam como valor agregado cultural que faz parte da vida e da identidade deste povo.

Atualmente a fibra da piaçava é muito abundante na região e sua extração não predatória. Para extrair a fibra não é necessário derrubar a palmeira, e pode ser extraída novamente em um período de 5 anos. Os piaçabais que haviam sido

² A diferença da escravização para semiescavidão e trabalho escravo no século XXI, é que no passado os africanos eram considerados propriedade privada dos patrões devido as suas origens, com condições de subsistência vulneráveis e hoje, apenas das mesmas condições persistirem, é a vulnerabilidade socioeconômica e as necessidades de consumo impostas pelo contato com a sociedade ocidental, que os leva a essa situação de exploração do trabalho, embora sejam portadores de direitos.

utilizados recuperaram o potencial produtivo devido a extração da piaçava ter sido pouco expressiva desde 1998, de forma que hoje há grandes quantidades de piaçabais passíveis de extração próximos às comunidades

Nesta perspectiva, a pesquisa visou entender o processo de extração da piaçava por meio das cadeias de valor, das atividades econômicas e tecnológicas envolvidas na produção, processamento e distribuição de seus produtos, bem como as inovações sociais do povo Werekena, que lograram transformar a realidade das relações de trabalho análogo à escravidão para organização produtiva centrada em sua autonomia e em suas próprias organizações.

Entende-se que inovações e tecnologias sociais compreendem processos de inovação capazes de fortalecer um projeto de futuro coletivo e benefícios compartilhados que impulsionam transformações em sentido a paradigmas não desenvolvimentistas de trajetória societária conforme as epistemologias próprias dos povos e sociedades. São processos diferenciados do modelo hegemônico (capitalista) da inovação (das tecnologias convencionais), que partem das aspirações, contextos, culturas e saberes locais, produzindo autonomia, emancipação e formação de competências individuais e coletivas que culminam na construção de resultados (processos, produtos, serviços, políticas públicas, formas de governança). Estes promovem transformações sociais, produtivas, organizacionais, ambientais para a construção de soluções permanentes para os problemas socioeconômicos, socioambientais e promoção de direitos sociais que impulsionam transformações rumo a sustentabilidade, bem-viver e justiça social (OSOEGAWA e CHAVES, 2024).

A PIAÇAVA: PELO DO CORAÇÃO

Existem 3 espécies de Piaçaba que servem para a extração da fibra, *Attalea funifera Martius* (Bahia), *Leopoldinia piassaba* Wallace (Rio Negro) e *Aphandra natalia Barfod* (Acre). Esta pesquisa se concentra na cadeia de valor da *Leopoldinia piassaba* Wallace, assim quando for utilizado o termo “Piaçava” estará se referindo à essa espécie.

Na língua Werekena é chamada de *maráma*, que significa cabeludo, devido ao aspecto das fibras, que nascem do caule da palmeira, parecendo uma cabeleira. No Yêgatu tem o nome de *Piasawa*, ou simplesmente *Piasá*. Nesta língua seu nome também se refere ao aspecto das fibras, significando “pelo do coração” (*Pia*=coração; *Saua*=pelo). É chamada pelos indígenas Baré do Casiquiare de “*Titía*”, na Venezuela e na Colômbia é popularmente conhecida como *chiquechique* e em inglês é conhecida como *monkey bass* ou *monkey palm*.



Figura 2. Piaçava sendo penteada, procedimento que antecede a extração das fibras. **Fonte:** OSOEGAWA (2016).

A piaçava apresenta membrana fibrosa que recobre a gema ao nascer. Quando a folha se abre, a membrana quebra formando progressivamente as fibras ou ‘cabelos’ de piaçaba. (JOSA, 2008). As fibras são longas e resistentes, mas podem variar conforme a idade, variação individual e ecossistema. As fibras novas são claras e flexíveis, as antigas (mais de 10 anos) são cinzentas e quebradiças, não aptas para coleta (MEIRA, 1993).

O comprimento de fibra pode variar de 30 cm nas mais curtas até 2,5 m. Como o comprimento mínimo para exploração é de 40 cm nem todos os indivíduos apresentam comprimento adequado, mesmo quando são “virgens” (não sofreram nenhuma exploração).

Dependendo do ecossistema em que se desenvolve a fibra apresenta diferenças de coloração, a piaçaba de taiquizal (fitofisionomia característica de terra firme, que ocorre em platôs), ou mata alta apresenta coloração mais escura (quase negra) e as de piaçabal ou chavascal apresentam coloração mais clara (avermelhada) (JOSA, 2008; CARNEIRO-FILHO, 1996). A diferença de tonalidades é um fator muito explorado para a produção de artesanato na região de Barcelos. No rio Xié há apenas a variedade de coloração avermelhada, que ocorre nos piaçabais.

Utilização da Espécie

A piaçava (*Leopoldinia piassaba*), é uma palmeira que produz uma fibra impermeável de grande durabilidade. Seu uso nas comunidades está, principalmente, associado à

produção de vassouras (Figura 1) e construção de telhados (Figura 2) para suas estruturas de moradia ou de uso comum.



Figura 3 – Telhado de palha da piaçava. **Fonte:** OSOEGAWA (2016).



Figura 4 – Vassoura tradicional de piaçava (vassoura de cabeça). **Fonte:** OSOEGAWA (2016).

Entre os não indígenas há diversos destinos dados à fibra, que pode ser consumida localmente nas construções de prédios inspirados na arquitetura indígena e na forma de ornamentos para tornar os espaços mais “amazônicos”, ou pela indústria no estofamento de automóveis, fabricação de vassouras e cordoaria como acontece com a piaçava da Bahia (*Attalea funifera* Martius).

A fibra também pode ser utilizada para fabricação de artesanato, dando origem à diversos produtos, como por exemplo porta-panels, fruteiras, chapéus, colares, brincos (Figura 3), porta-joias, cestas, cachepôs. Em Barcelos/AM há grande número de artesãos que trabalham com essa fibra e estão organizados em associações.



Figura 5 – Brincos feitos de piaçava e cipó. **Fonte:** OSOEGAWA (2014).

A versatilidade da fibra é tamanha, que eram produzidas até mesmo e alçapões, redes de pesca e peneiras (MEDINA,1959). Contudo, conjuntamente com a atividade de cordoaria, esses usos decaíram com a expansão de mercado das fibras artificiais de nylon.

A piaçava ainda apresenta potencial paisagístico e seus frutos são comestíveis, muito apreciados na região para produção do “vinho” de piaçava. A palavra “vinho” é utilizada regionalmente para os sucos preparados com palmeiras como bacaba, açai, pupunha, piaçava. Nessas preparações não é realizado o processo de fermentação.

“Tem seus frutos, na fábrica comemos, serve para fazer vinho e podemos comer de todas as formas. Os nossos avós descobriram e nós vimos que eles comeram e nós fizemos assim também e eles nos ensinaram como fazer vinho, colocamos na água para amolecer para podemos comer, esse conhecimento é repassado. Para fazemos o vinho tem que raspar e coar como o vinho de açai” (BALTAZAR, comunidade de Campinas, 02/10/2014).

De seus frutos ainda pode ser extraído o óleo, contudo o potencial produtivo foi considerado baixo por Josa (2008) para que seja viável em larga escala, devido à sazonalidade e baixa produtividade, quando comparado com outras palmeiras utilizadas para esta finalidade, como por exemplo o Dendê (*Elaeis guineensis* Jacq).

EXTRATIVISMO, UMA PRÁTICA PLURAL

“O extrativismo é uma construção social realizada ao longo de gerações, promovendo acúmulos de saberes...caracterizado por um grande número de interconexões” (SILVA E MIGUEL, 2014, p. 190).

Os povos indígenas sempre tiveram intensa relação com os bens naturais, e a utilização desses bens faz parte de uma rede cultural, presente nas atividades cotidianas, nos rituais, nas relações alimentares, na cosmologia, na arquitetura. Essas

relações refletem em profundo conhecimento da natureza, dos ciclos ecológicos, biológicos, climáticos, dinâmica de vazante, da distribuição desses bens, que ao longo dos milênios formou um grande pool de conhecimento indígena, integrado à vida cotidiana, baseado na transmissão pela observação, prática e oralidade.

A importância e valor desses conhecimentos foi reconhecida pelos colonizadores desde os primeiros contatos, contudo, sempre se estabeleceram relações exploratórias sobre a partilha e utilização desses conhecimentos, primeiramente sob os ciclos de escravidão a serviço dos colonos ou dos aldeamentos missionários extraíndo as “drogas do sertão”. Posteriormente vieram os ciclos de escravidão pelo aviamento, baseados nos sistemas de padrões em que vendiam fiado produtos industrializados em troca do pagamento por produtos da agricultura, artesanato e extrativismo, mas a relação dos preços era tão injusta, que a dívida era impossível de ser quitada, só aumentava, obrigando os extrativistas a trabalhar por anos em troca de poucos produtos (JOSA, 2008).

O conhecimento indígena é integrado à prática cotidiana, à vida diária, à necessidade de sua utilização, e têm sido mantidos por gerações e gerações através da oralidade pela reafirmação da importância prática desse conhecimento. Esse conhecimento está associado à manutenção da vida, sejam nos rituais de passagem, sejam no desenvolvimento das técnicas de pesca, na utilização medicinal (tendo a visão ampla de medicina que envolve o campo espiritual), nos rituais e práticas para queima dos roçados, no conhecimento do comportamento migratório dos animais, nas técnicas de extração de diversos bens da floresta, madeireiros e não madeireiros (OSOEGAWA FARIA *et al*, 2020).

São conhecimentos vivos, que em sua maior parte não possuem registros escritos, estão guardados na memória de um coletivo e se mantém quando são constantemente aprendidos pelas novas gerações, quando mantém sua importância e utilidade na realidade contemporânea. São conhecimentos vivos por serem úteis à vida, aplicados e em constante mudança, pois como não são registrados na forma escrita não são fixados, são constantemente atualizados e adaptados (FARIA, 2018).

Assim, o extrativismo existe como um dos elementos que permitem a manutenção da vida, indissociável de aspectos socioculturais, como por exemplo a cosmovisão. O extrativismo não pode ser concebido como uma prática puramente econômica (ao menos sob a ótica da economia não indígena). Ele faz parte de um planejamento produtivo em que a produtividade não é o aspecto mais importante, e sim aspectos culturalmente determinados e sustentabilidade da família e do coletivo.

Como exemplo dessa relação podemos citar a dinâmica de caça e pesca. O tempo de *Buya Wasu*, que na língua Nheengatu significa cobra grande, inicia quando uma constelação de mesmo nome aponta no céu. Nesta época, em que a cobra grande aparece no céu, ela come todos os peixes e esses se tornam escassos nos rios e igarapés (no calendário gregoriano corresponde aos meses de novembro e dezembro) (ALEMÃO, 2017). Portanto, no período que antecede *Buya Wasu* eles tem que se preparar, produzindo peixe e caça moqueada para enfrentar o período de escassez. Assim, se percebe que a dinâmica das atividades produtivas está relacionada com a cosmovisão e com os ciclos ecológicos. Essa integração durante o planejamento produtivo é que permite a sustentabilidade.

O extrativismo é apenas uma das atividades no planejamento produtivo. Em sociedades com economia fundamentadas em valores não capitalistas, sejam camponeses, agricultores familiares, povos originários, indígenas e tribais é comum se observar a pluriatividade, essa dinâmica produtiva de planejamento de atividades diversificadas, envolvendo agricultura, extrativismo, artesanato e outras atividades baseadas na força de trabalho, nas necessidades familiares, e em suas aptidões (SCHNEIDER, 2009), que no caso dos povos indígenas por vezes estão relacionadas com seus clãs de origem.

Assim, ao utilizarmos a categoria de piaçabeiro, há de se fazer a ressalva de que a atividade de extração de piaçava se refere à apenas parte do planejamento de atividades dos piaçabeiros da Terra Indígena do Alto Rio Negro. Um piaçabeiro, é um extrativista que extrai a piaçava em parte de seu tempo, podendo trabalhar também com a extração de outros produtos, como cipó, seringa, cumã³ (sorveira, *Couma spp*), ou então na agricultura, na produção de farinha, pesca, caça, na confecção de artesanato.

Ou seja, o piaçabeiro é alguém que se utiliza da atividade de extração de piaçava, ao menos algum período do ano, para adquirir produtos industrializados, seja por meio da troca, do aviamento ou da comercialização da fibra, mas que pode continuar realizando diversas outras atividades produtivas. Estas, muitas vezes detém maior alocação de tempo ou são mais determinantes para o sustento da família, apesar de não gerarem excedente para a comercialização.

Na realidade pós contato foram surgindo novas vontades e necessidades, algumas vezes como novos hábitos de antigos rituais ou mesmo como novas práticas. Como exemplo de novos hábitos e vontades inscritos no contexto dos antigos rituais, podemos citar exemplos de alteração de hábitos alimentares, como a necessidade de aquisição de café, açúcar e sal e outros produtos industrializados, que foram incorporados à prática ancestral da partilha do Caribé ou de outras refeições coletivas, ou realizadas pelo núcleo familiar.

Essas e outras necessidades foram sendo criadas e uma alternativa para aquisição desses produtos, entre outros produtos industrializados, foi a comercialização de bens oriundos do extrativismo, seja a (piaçava, a balata, a seringa) ou do sistema agrícola (a farinha, o beiju, o tucupi) que tivessem valor de mercado.

“Antigamente começamos a trabalhar para podemos viver, somente com isso, sabe, antigamente os mais velhos começaram antes de nós, até chegarmos para trabalhar juntos com eles, até com eles vivemos, piaçaba, cipó, cumã e seringa, com isso trabalhamos antigamente para podemos viver. E os regatões que compravam da gente.” (NARCISO, Comunidade de Campinas, 03/10/2014).

Essa comercialização foi historicamente mediada pelo aviamento praticado pelos regatões, que ainda detém importante papel nas relações socioeconômicas no Alto Rio Negro. Muitas das vezes, essas relações ainda seguindo os moldes do século XIX, em que a os preços e os produtos desejados são impostos pelos regatões

(também chamados de “patrões”). A demanda estabelecida pelos patrões sobre os produtos do extrativismo dependia das flutuações de mercado e estes não se preocupavam com o a sustentabilidade da atividade de extração, que em muitos casos provocava o extrativismo predatório, exaurindo um recurso (JOSA, 2008).

Mesmo nos longos períodos de “exílio” nos piaçabais, seringueis, ou outras regiões propícias para extração durante o regime de escravidão através do aviamento, onde a dedicação às atividades extrativistas era mais intensa, ainda assim, a unidade produtiva (a família) exercia atividades de artesanato, pesca e caça. Assim, a pluriatividade também se demonstrava dentro de cada ciclo do extrativismo.

O dinamismo das atividades está presente também na diversidade de atividades extrativistas realizadas entre um ciclo e outro. Um piaçabeiro, também pode ser seringueiro, extrativista de cipó, balateiro, produtor de farinha, dependendo do ciclo. Pode passar alguns anos trabalhando com a extração de piaçava, depois trabalhar mais alguns anos com a extração de cipó, trabalhar mais alguns anos com a piaçava e depois aumentar a produção de farinha para gerar um excedente para comercializar para adquirir produtos industrializados, ou mesmo fazer uso de todas essas atividades para atender suas necessidades.

A escolha das atividades adotadas por cada família levam em consideração a) disponibilidade sazonal do recurso, ou dos acessos às regiões estoque, que estão relacionados à dinâmica fluvial de cheias e vazantes; b) Pela aptidão e/ou gosto por determinadas atividades; c) Pelo tempo de investimento necessário ao extrativista e o custo-benefício da atividade d) possibilidade de se manter próximo à família e/ou a comunidade; e) pelo valor de mercado e a dinâmica de oferta e procura por determinados bens naturais; f) Pela disponibilidade regional dos recursos.

São frequentes os relatos em que os elementos naturais abundantes e de fácil extração foram se tornando escassos devido à exploração predatória as novas escalas extrativistas pós contato, em que houve concentração das populações indígenas em comunidades, aumentando o tamanho dos agrupamentos familiares, e a necessidade de geração de excedente para adquirir os produtos industrializados.

O planejamento a curto prazo de extração e a superexploração criadas por essa nova relação de uso e de mercado desses recursos causou a escassez dos mesmos, gerando alguns exemplos em que determinadas atividades extrativistas se tornaram insustentáveis na região do Xié, sendo necessária a busca por outras alternativas de aquisição dos produtos industrializados, normalmente atreladas a outro produto do extrativismo. Assim, quando um recurso “acabava” se iniciava a exploração de outro, até que este também tinha seus estoques reduzidos e sua extração se tornava inviável.

“Assim que paramos o trabalho de piaçaba começaram contratar com a gente [o trabalho de extração do] cumã, trabalhamos cumã e paramos quando não tinha mais cumã, então pediram pra a gente trabalhar esse cipó... Cipó naquele tempo [tinha] em qualquer lugar e hoje em dia não tem mais. Agora não é mais como antigamente, porque não deixamos mais crescer, o cipó não é como a piaçava” (NARCISO, Comunidade de Campinas, 03/10/2014).

Tipos de extrativismo e a sustentabilidade da extração de piaçava

Existem dois tipos de extrativismo de produtos florestais, o de coleta e o de aniquilamento. No extrativismo de coleta, a planta provedora do recurso não é destruída para sua obtenção, sendo resiliente ao impacto necessário à extração. Este é o caso da piaçava, da castanha do Brasil, do murmuru, da seringueira. No extrativismo de aniquilamento para a extração do recurso alvo é necessário a destruição da planta provedora, como por exemplo no caso da extração de madeira, palmito jussara (HOMMA, 1989; apud ALLEGRETTO, 1994; HOMMA, 1990; ANDRADE, 2003).

Mesmo que a extração seja do tipo “coleta”, e os indivíduos sejam resilientes ao impacto, para uma atividade desse tipo ser considerada sustentável é necessário que a taxa de degradação do recurso seja menor ou igual à taxa de recuperação, mostrando-se necessários os planejamentos de extração e a implementação de políticas de gestão do território.

No caso da piaçava, que é um extrativismo de coleta, se a pressão da coleta for superior à taxa de recuperação, não provocará uma redução populacional de piaçava, mas irá fazer com que as áreas de extração cada vez mais fiquem mais distantes.

No caso do Rio Xié, nos períodos de intensa exploração, até a década de 90, demonstram que os caminhos aos piaçabais ficavam muito distantes, chegando a mais de 3 horas de caminhada. Atualmente, depois de 20 anos em que a extração tem sido pouco pronunciada o estoque de recurso se regenerou e os piaçabais estão próximos novamente, com trilhas curtas, demandando menos de 20 minutos de caminhada, em alguns locais.

O aumento da distância dos piaçabais foi fruto de uma pressão de coleta superior à taxa de reposição. Estima-se que uma piaçava recém extraída demora 5 anos para poder ser extraída novamente. Com o “distanciamento” dos piaçabais multiplica-se o esforço necessário para obter o recurso, caminhadas de 20 minutos acabaram se tornando caminhadas de 3 horas e meia, com o fardo de ter que carregar os pesados pacotes de piaçava, que ultrapassam os 50 kg ao longo desse caminho. Portanto, tanto o tempo demandado, quanto o esforço tinham aumentado drasticamente devido à superexploração dos piaçabais. Assim, mesmo sem ser uma prática de extrativismo predatório, a falta de planejamento pode tornar a atividade insustentável.

Outra ressalva que há de se fazer é que caso não sejam respeitadas boas práticas de manejo durante a extração da piaçava esta pode se tornar uma prática extrativista de aniquilamento, provocando a morte da palmeira.

Homma (1990) tem uma visão tecnicista sobre a atividade do extrativismo e considera que esta é uma prática que apesar de ser baseada em recursos renováveis, que potencialmente poderia continuar *ad infinitum* é uma atividade em vias de extinção, que passa por ciclo de expansão, estagnação e declínio. Para este autor esta é uma base frágil para promover o desenvolvimento, que existe transitoriamente devido ao nível de pobreza dos seus habitantes e do mercado de mão de obra marginal. De acordo com ele a economia de mercado é o que provocará o fim do extrativismo e que

as ações existentes para incentivar esta atividade apenas retardam esta sina. O autor aponta três principais fatores para o fim da atividade extrativista:

“1) aquelas inerentes à extração do recurso em si, dado o desequilíbrio na taxa de regeneração; 2) o processo de domesticação; e 3) o desenvolvimento de substitutos industriais, dada a incapacidade do setor extrativo em atender à demanda crescente. O estudo aponta também variáveis exógenas ao processo extrativo: a expansão da fronteira agrícola e o crescimento populacional que, por requererem maior demanda de terras, destroem a base extrativa, independentemente de sua rentabilidade”. (HOMMA, 1990, p. 5).

Observa-se que esta visão linear não se concretizou em muitas localidades. A perspectiva exposta por Homma (1990) não considerou os valores culturais, identitários e os modos de vida relacionados à atividade e não previa a dimensão tomada pela ascensão do valor da sustentabilidade. A valorização dos aspectos imateriais da atividade do extrativismo agrega valor econômico de mercado aos seus produtos e subprodutos, reconhecendo a importância da manutenção de práticas que tenham entre seus pilares a ética socioambiental; a conservação ambiental e o fortalecimento de práticas culturais de povos tradicionais.

A extração da piaçava é diferencial dos outros bens comuns que foram sobre-explorados no Rio Negro, culminando na paralização da atividade. No primeiro ponto Homma associa o fim do extrativismo com a deterioração do banco de recursos naturais da espécie utilizada devido à sobre-exploração causada pela relação de mercado. Na atividade de extração da piaçava isso não ocorre, pois sua extração não é predatória quando exercida sob boas práticas de manejo, ou seja, para retirada da fibra não é necessária a derrubada da palmeira. A extração da piaçava, mesmo quando realizada em quantidades superiores à taxa de regeneração, não prejudica a taxa de recrutamento (taxa de ingresso de novos indivíduos de *L. piasaba* à população de palmeiras) ou a taxa de regeneração de novas fibras. Por isso se diferencia da maioria das cadeias de valor de fibras e cipós, em que a extração é predatória e a obtenção desses materiais provoca a diminuição da população das plantas.

Em relação à domesticação da espécie, essa é uma possibilidade que pode ser vislumbrada futuramente, tendo-se em vista que estudos preliminares demonstraram a possibilidade de germinação das sementes de piaçava em outros ambientes, fora dos piaçabais (JOSA, 2008). Em algumas comunidades também foram encontradas palmeiras de piaçava plantadas, utilizadas para o paisagismo. Contudo, vislumbrando-se a realidade cultural e microeconômica da região, é possível inferir que o cultivo da piaçava não vá substituir o manejo cultural.

A piaçava ocorre em padrão agregado, em reboleiras, criando áreas classificadas como piaçabais, em que essa espécie existe abundantemente, de forma que o recurso está concentrado nessas áreas específicas, e o Rio Xié é um dos territórios que apresenta regiões ricas em piaçabais no alto rio Negro. Essa abundância natural na região faz com que o plantio desta espécie não seja uma estratégia prioritária localmente, além disso, o acesso aos piaçabais muitas vezes está correlacionado com o acesso às áreas de abundância de caça e pesca, de forma que a extração da piaçava não é a única motivação de acesso a esses lugares.

O terceiro ponto, que trata do desenvolvimento de substitutos industriais é o que mais afetou a atividade. O desenvolvimento e popularização das fibras de nylon diminuiu a demanda por piaçava e provocou a queda nos preços da fibra, que foi substituída na fabricação de vassouras e cordoamentos para embarcações. Com a queda nos preços e a relação exploratória mediada pelos patrões outras atividades foram sendo priorizadas para a obtenção dos produtos industrializados, com destaque a produção de farinha.

Contudo, se espera que a redução dos intermediários na cadeia de valor da piaçava, a centralização das atividades de comercialização por meio da ACIRX e a valorização dos produtos indígenas por seu valor imaterial possa fazer com que a atividade do extrativismo da piaçava se estruture como uma opção viável de geração de renda para as comunidades indígenas através de atividades que fortaleçam a autonomia indígena e a criação de espaços coletivos de troca de conhecimentos entre as gerações, a valorização e conservação dos conhecimentos tradicionais a partir da prática.

Boas práticas de manejo

“Se não cortamos todo o pé de piaçaba, cresce novamente, não sabe terminar” (BALTAZAR, comunidade de Campinas, 02/10/2014).

Ao longo do tempo as práticas não mudaram somente devido às demandas de mercado, à modificação dos usos da piaçava e à disponibilidade de ferramentas. Foram se desenvolvendo boas práticas de manejo, através do conhecimento empírico que foram desenvolvendo em relação à manutenção da população de piaçava nos piaçabais, através da constante observação destes, principalmente nas épocas de maior extrativismo.

Os relatos dos piaçabeiros mais antigos contam que eram comuns práticas que facilitavam a extração da fibra, mas prejudicavam a propagação da piaçava. Entre estas, estava o corte das piaçabeiras gigantes para facilitar a extração de fibras que eram encontradas em palmeiras muito altas. Outra prática que foi citada como comum, era o corte de todas as folhas, que facilitava a extração e permitia a coleta das fibras até as folhas mais jovens. Contudo essa prática atrapalha o desenvolvimento da palmeira podendo chegar até a mortalidade do indivíduo de *Leopoldinia piassaba*.

Os próprios extrativistas foram percebendo estes impactos nos piaçabais e consensuaram que estas práticas deveriam ser abolidas. De forma que hoje, todos os piaçabeiros entrevistados ressaltaram a importância de não se cortar as folhas mais jovens, deixando de 3 a 5 folhas e muitos também citaram necessidade de não se cortar as piaçavas gigantes, ressaltando a importância delas para a propagação de espécies e forrageio dos animais.

Assim, percebe-se que ao longo desta relação histórica com o extrativismo da piaçava os piaçabeiros desenvolveram protocolos de boas práticas de extração visando que a extração da piaçava não seja predatória para garantir a sustentabilidade da atividade.

Visões de futuro

Reestruturar a cadeia de valor da piaçava no Rio Xié é necessário para que a atividade possa trazer mais benefícios às famílias indígenas, através da redução de intermediários, da geração de autonomia e empoderamento de maior parte dos elos dessa cadeia por elas e do acesso a mercados que promovam a valorização da fibra de piaçava e de seus produtos artesanais não apenas pelo seu valor de uso, mas também seu valor imaterial de conservação da sociobiodiversidade, do modo de vida e da identidade dos povos do Xié.

Quando se pensa na reestruturação de uma cadeia produtiva, têm como foco reduzir ou acabar com problemas existentes. Problemas que podem ir muito mais além do que os de ordem econômica, sob a lógica produtivista. No caso, essa proposta de reestruturação da cadeia produtiva da piaçava no Rio Xié, mais do que melhorar indicadores de produtividade e lucro, se baseia na resolução de problemas sentidos pelas comunidades indígenas, muito mais pautados nas questões socioculturais de relação de trabalho, na valorização das práticas tradicionais pelos jovens, na valorização e ampliação de espaços de intercâmbio com os mais sábios, no empoderamento de ferramentas para ampliar as oportunidades. Tendo esses aspectos como prioritários, a melhoria dos indicadores produtivos se torna um meio para potencializar estes aspectos, não um fim em si, como em grande parte das abordagens realizadas sob a ótica de cadeias de valor.

Desafios a serem enfrentados

Para analisar os desafios a serem enfrentados inicialmente foi realizado um levantamento dos desafios a serem enfrentados na cadeia de valor da piaçava. Utilizou-se a metodologia da Árvore de Problemas, desenvolvido pela agência alemã de Cooperação Técnica (GTZ) na década de 80 (KUMMER, 2007) rebatizada como “Tucumã de Ideias” (Figura 4), pela empresa Amazônia Socioambiental.

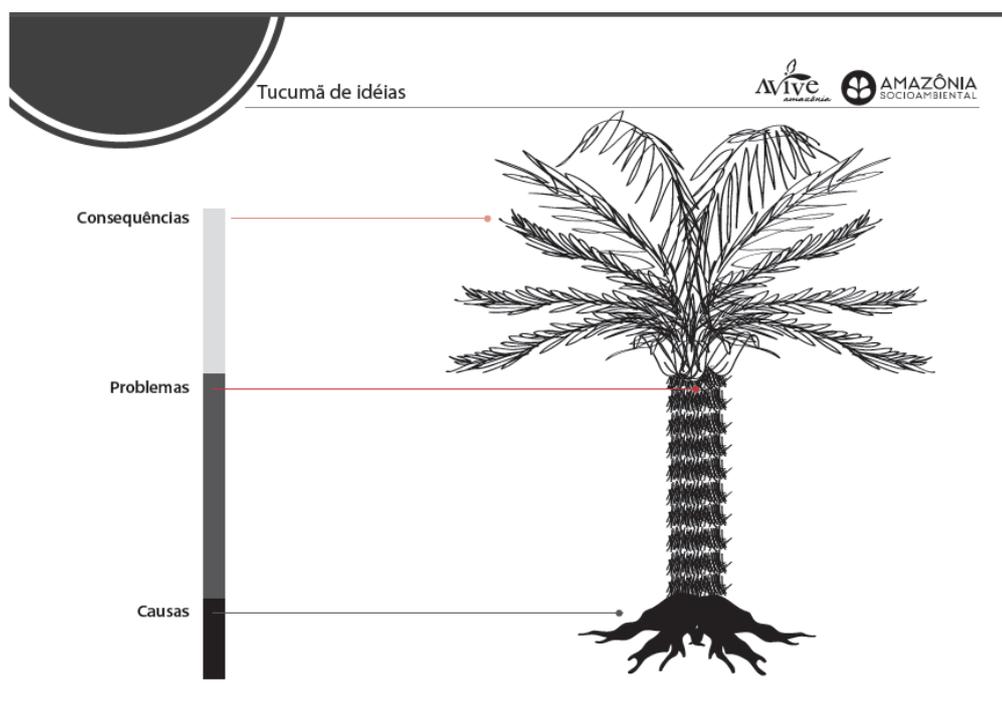


Figura 4. Modelo da ficha de aplicação do tucumã de ideias. **Fonte:** Amazônia Socioambiental (2015).

Nesta metodologia a parte central do Tucumã, o estipe cheio de espinhos, deve ser preenchido com os problemas, a parte da raiz com as causas e a parte das folhas preenchida com as consequências.

A ficha do Tucumã de Ideias foi utilizada e preenchida em conjunto com Launirklisons Baltazar Antonio (ex-presidente da ACIRX), visando identificar os problemas da cadeia de valor da piaçava, suas causas e consequências, chegando aos seguintes resultados:

Quadro 1 - Problemas da cadeia produtiva da piaçava, suas causas e consequências.

Causas	Problemas	Consequências
Falta de Organização política ativa Falta uma liderança que guie o processo de estruturação da cadeia produtiva da piaçava Processo histórico da presença do regatão e relação de tutela do Estado	Dependência do Regatão	Preços abusivos do Produto industrializado Baixos preços pagos pela piaçava
Grande quantidade de intermediários para que se chegue ao consumidor final	Baixo retorno financeiro da piaçava	A extração da piaçava vem sendo pouco explorada, mesmo sendo um recurso abundante na região

Causas	Problemas	Consequências
Queda na quantidade extraída de piaçava Falta de estruturação da cadeia produtiva da piaçava, de parcerias institucionais e contratos de compra.	Dificuldade no escoamento do produto por não ter compradores fixos	Muitos dependem do regatão para comercializar Os poucos que decidem comercializar de forma autônoma têm que buscar compradores quando chegam na cidade, muitas vezes tendo que permanecer por dias, aumentando os gastos, e comumente são "obrigados" a vender por preço abaixo de seu valor
Os jovens não tem se interessado em produzir artesanato	Poucos ainda conhecem como fazer o artesanato com piaçava	Alguns conhecimentos estão sendo perdidos ou estão se tornando cada vez mais raros
Distância dos órgãos do governo Linguagem técnica de administração Exigências que não fazem parte da lógica da Economia Indígena	Dificuldade em compreender os mecanismos da economia financeira e os requisitos e a burocracia necessária para regularização da atividade	Dificuldade em cumprir prazos Atividade informal Conflitos de concepção do produto
Falta de Meio de transporte, barco apropriado para escoamento da produção Condições geográficas do Rio Xié	Dificuldade no transporte de produtos, sejam os produtos indígenas para a cidade, ou os produtos industrializados para a comunidade.	Aumento dos custos de transporte

Org.: OSOEGAWA, 2017.

REESTRUTURAÇÃO DA CADEIA DE VALOR DA PIAÇAVA

A proposta de reestruturação da cadeia produtiva da piaçava vem de uma discussão antiga presente nos encontros políticos das organizações indígenas na região desde o começo dos anos 2000, todavia, começou a ser mais concretamente planejado em agosto de 2014, quando foi realizada a “Primeira oficina sobre a cadeia produtiva da piaçava”, realizada pela FOIRN e apoiada com assessoria técnica pela Fundação Vitória Amazônica (FVA) e apoio logístico e financeiro pela FUNAI.

Durante esta reunião foram realizadas discussões sobre a utilização de elementos naturais em terras indígenas, foram trabalhados conteúdos como conceitos econômicos de mercado, formas de organização de empreendimentos com base na economia solidária em que se abordou as noções básicas de associativismo e cooperativismo e foi realizado uma atividade em grupos de trabalho para identificar as ações prioritárias que deveriam ser tomadas para a reestruturação da cadeia produtiva da piaçava a curto, médio e longo prazo.

Os desdobramentos dessa atividade foram utilizados como base para a elaboração da presente proposta de reestruturação, levando em consideração tanto os anseios quanto as possibilidades de intervenção percebidos pelos povos indígenas da região. Além disso, é oferecida uma série de recomendações de ações para que possam apoiar o mencionado processo de transição. Este último se fundamenta nas

informações acerca dos valores inerentes à economia indígena, nos dados obtidos por meio da pesquisa, na sabedoria dos piaçabeiros e artesãos, nas experiências oriundas de outros projetos de sustentabilidade na localidade, e nas potencialidades de articulação com órgãos públicos locais.

A proposta visa ampliar a autonomia dos povos indígenas, de forma que seja possível reduzir a influência dos intermediários na qual a associação indígena possa atuar como elo central na cadeia de valor, e que os produtos indígenas sejam valorizados tanto economicamente, como por seus aspectos culturais e que impulse a produção e difusão de artefatos, artesanatos e do manejo cultural da piaçava baseado nas boas práticas de extração.

Inicialmente, foi proposta a criação de um departamento dentro da ACIRX que atuaria como o ponto central na cadeia de valor da piaçava. Este departamento seria responsável pela geração de oportunidades para a comercialização dos produtos indígenas, incluindo seu transporte e venda, além de desempenhar o papel de interlocutor com as autoridades governamentais. Seu objetivo seria promover a valorização da piaçava e dos produtos artísticos associados, bem como coordenar contratos de compra e venda de produtos indígenas.

O nome proposto por Launirklisons Baltazar Antonio para esse departamento foi Nuya'rlitua, que é uma palavra em Werekena que significa "meu irmão", que se refere não somente à relação de parentesco, mas também à relação construída a partir da confiança, convivência e principalmente gratidão e reciprocidade presente entre duas pessoas. É uma palavra que espelha a mais alta estima e consideração por um companheiro e pressupõe relações de ajuda mútua e retribuição desses favores.

Se refere aos valores e princípios da economia Werekena, que tem por base a troca, mas diferente do que a maioria imagina, uma troca que não é baseada em produtos de produtos, mas na gratidão, na troca de afeto.

Todas as culturas estão sempre mudando e se adaptando às pressões que sofrem e exercem. Com as sociedades indígenas não é diferente, vêm se transformando e hoje praticam a economia monetária. Mas, os povos do Rio Xié ainda mantêm seus princípios e valores, por isso os Werekena tem o desafio de buscar que as relações da economia monetária também sejam centralizadas na troca de afeto, e que relações virtuosas sejam estabelecidas em todos os elos das cadeias de valor, objetivando a conquista de benefícios coletivos para as comunidades indígenas e a justiça social.

Assim, Nuya'rlitua surgiu como uma proposta com o intuito de garantir que a institucionalização da comercialização dos produtos indígenas seja uma estratégia para o fortalecimento dos laços familiares, da cultura e da autonomia, para valorização do território e da floresta em pé; para ampliação do diálogo com as instituições governamentais e para erradicação da exploração do trabalho indígena.

Nessa construção da valorização dos produtos indígenas e de práticas que estejam alinhadas com a sustentabilidade e o bem-viver dos povos do Rio Xié a piaçava encontra lugar de destaque. Se projeta a reestruturação da cadeia de valor da piaçava como ponto de apoio para a construção de um projeto de sustentabilidade dos povos Werekena e Baré, que possa proporcionar autonomia financeira para o gerenciamento de seus próprios programas e ações, não visa "enriquecer" ninguém, mas promover

benefícios coletivos e a independência de recursos externos para a realização de ações necessárias ao desenvolvimento local.

Transformação dos Fluxos da Cadeia Produtiva

Abaixo apresentaremos um esquema representando a cadeia de valor atual e a proposta de cadeia produtiva futura. Para facilitar a visualização e comparação das mudanças propostas estes foram colocados lado a lado (Figura 6).

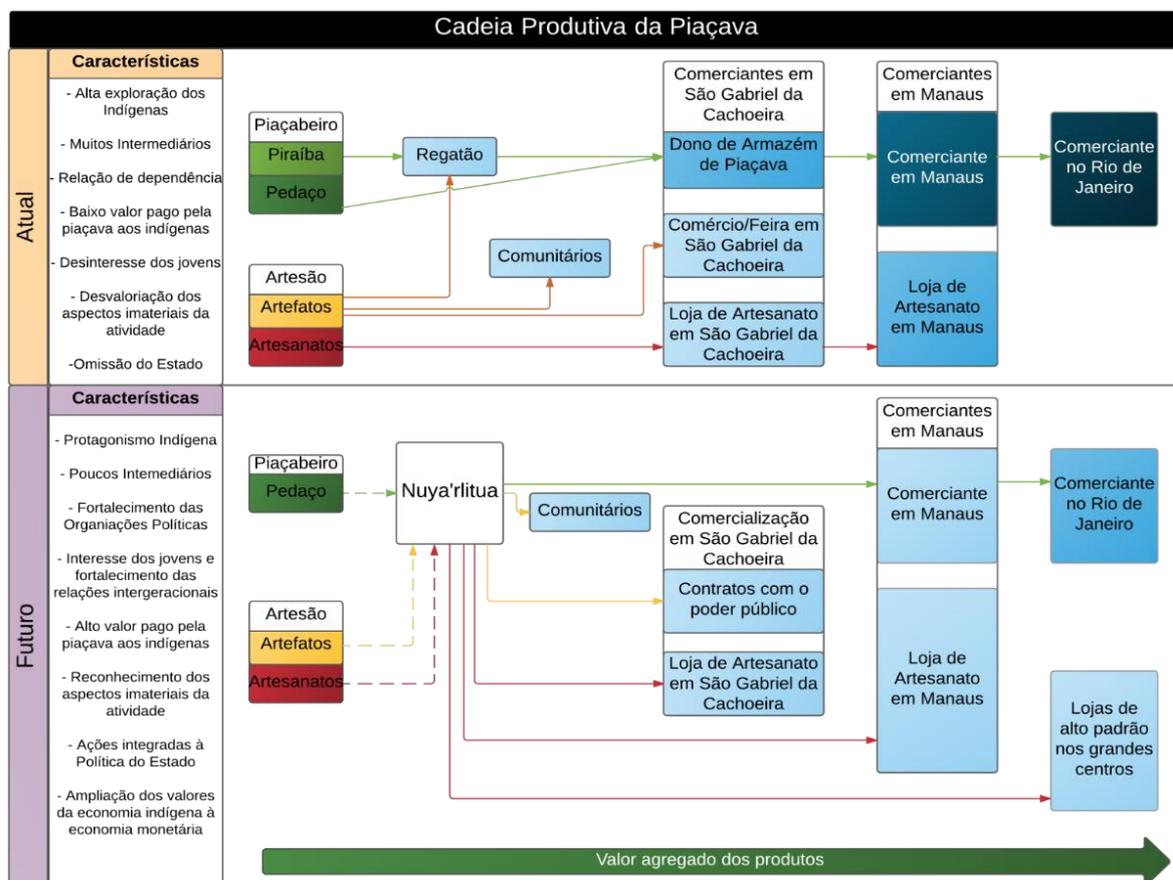


Figura 6. Cadeia de valor da piaçava atual e futura. **Org:** OSOEGAWA (2016).

Nos esquemas representados, as tonalidades de azul representam o número de intermediários, quanto mais escura a tonalidade, maior o número de intermediários, as setas de coloração verde os fluxos da fibra de piaçava, em forma de piraíba ou pedaço, de coloração amarela os fluxos dos artefatos e de coloração vermelha o fluxo dos artesanatos.

Pode-se observar na cadeia de valor futura, tanto da fibra, como da arte indígena há uma redução do número de intermediários a partir da centralização das atividades e elos da cadeia produtiva em Nuya'rlitua. Esta seria responsável pela comercialização dos produtos indígenas e por levar produtos industrializados para serem comercializados no Rio Xié.

A cadeia de valor da fibra, passaria de 4 intermediários na cadeia produtiva atual, para dois intermediários na cadeia produtiva futura. A associação seria responsável por armazenar grandes quantidades da fibra e enviá-la para os comerciantes em Manaus, que enviariam ao consumidor final, no Rio de Janeiro.



Figura 7. Preço pago pela piaçava em 2016. **Org:** OSOEGAWA (2016).

Dessa forma, a piaçava que era vendida a 1 real o kg nas comunidades e a 2 reais na sede do município poderia ser comercializada a 4 reais (figura 7) sendo enviada diretamente para Manaus, multiplicando a rentabilidade bruta da fibra de 200 a 400%.

O valor que a associação irá remunerar os piaçabeiros e artesão por "seus produtos será acordado em assembleia, e a associação irá viabilizar a sua comercialização com preços superiores aos acordados, de forma que os excedentes sejam reinvestidos na associação, na realização de assembleias, eventos, oficinas, na aquisição de bens para impulsionar a cadeia produtiva da piaçava, na geração de novas oportunidades de comercialização, ou no fomento à outras atividades alinhadas aos projetos societários dos povos indígenas do Rio Xié.

A cadeia de valor dos artefatos, das vassouras de piaçava, continuará com vendas prioritárias em São Gabriel da Cachoeira, continuando com as vendas nas comunidades que fazem parte do trajeto até a sede do município. A inovação neste caso se dará a partir da busca de compradores fixos da vassoura a partir de vendas institucionais, buscadas através de termos de cooperação com os órgãos do poder público para que sejam compradas vassouras de piaçava de cabeça para serem utilizadas nas escolas indígenas e nos polos base de saúde. Pequenas quantidades também poderão ser comercializadas com as lojas de artesanato de São Gabriel da Cachoeira e de outras localidades.

A cadeia de valor de artesanatos terá como ponto principal atingir consumidores que reconheçam o valor imaterial dos produtos indígenas e que estejam dispostos a remunerar economicamente por este aspecto. Desta forma se buscará firmar contratos de compra com lojas em grandes centros.

Quanto mais distante de São Gabriel da Cachoeira maior o valor agregado aos produtos indígenas, principalmente aos artesanatos. Em partes isso se deve aos custos de transporte, que aumentam conforma a distância, mas também pela exclusividade destes produtos. Por exemplo, adquirir um desses produtos em São Gabriel da Cachoeira, um município 93,17% indígena (IBGE, 2023), faz parte do dia a dia do comércio local. Enquanto em grandes centros urbanos distantes de São Gabriel da Cachoeira é algo raro encontrar esses tipos de objetos. Eles representam uma expressão envolta pelo imaginário da Amazônia indígena, uma oportunidade de

estar em contato com a alteridade cultural, a partir de um fragmento, um objeto carregado de técnicas e símbolos.

Enquadramento institucional

Pensando-se nas possibilidades de formalização da atividade, entende-se que esta deve estar alinhada aos valores da economia indígena, em que os benefícios familiares estejam vinculados à geração de benefícios coletivos e ao fortalecimento das redes de relacionamento e cooperação entre as famílias.

Dessa forma, vislumbram-se que dentre as formas de formalização existentes, as que fazem parte da economia solidária estão mais alinhadas com os valores da economia indígena. A economia solidária é um conjunto de atividades econômicas organizadas a partir da autogestão, com propriedade coletiva dos meios de produção, sistema de decisões de coletivos e distribuição dos benefícios (SENAES, 2015). Entre elas se enquadram as categorias de associação e cooperativa.

Dentre as duas, consideramos que o associativismo seja a forma mais indicada para a formalização das atividades de comercialização de produtos indígenas. Primeiramente, pois este tipo de instituição é sem fins lucrativos e o excedente deve ser investido na forma de benefícios coletivos, seja para a manutenção e ampliação da atuação da associação, para a estruturação da cadeia de valor da piaçava, com a aquisição de bens coletivos, ou mesmo financiado atividades e ações demandadas pelas comunidades. Ou seja, com a divisão do excedente dos benefícios para financiar ações coletivas. Levando-se em consideração que tanto os recursos naturais como os conhecimentos tradicionais são bens comuns para os Werekena e Baré do Xié considera-se coerente que parte dos benefícios desta atividade seja repartida em forma de ações para o coletivo.

Desta forma o associativismo se mostra mais indicado, ao menos na atual realidade do Rio Xié. Contudo, por ser sem fins lucrativos, é necessário que a atividade de comercialização seja enquadrada no estatuto da associação como uma atividade meio e não atividade fim.

Em 2019, durante uma oficina voltada para valorização dos artesanatos de piaçava e intercâmbio com artesãos do Núcleo de Arte e Cultura Indígena de Barcelos (NACIB), os indígenas do Rio Xié se posicionaram pela criação de uma associação dos artesãos, abandonando a ideia da criação de um departamento e preferindo a criação de uma nova associação, autônoma à ACIRX. Tal decisão teve apoio institucional da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (FOIRN) por meio da Coordenadoria das Associações indígenas do Alto Rio Negro e Xié. A FOIRN tem incentivado a criação de novas associações e apoiado a regularização das associações que formam a sua base.

Em novembro de 2023 os artesãos e lideranças indígenas do Rio Xié realizaram a assembleia de fundação “Associação Indígena dos Artesãos e Agricultoras Werekena de Rio Xié– Muraki Yane Kitiwarawaita”. O nome Nuya’rlitua, que vinha sendo cogitado deu lugar à expressão “Muraki Yane Kitiwaraita” que, traduzindo para o português, significa trabalho de acordo com a nossa cultura. Também decidiram pela ampliação

do escopo da atuação da associação, incorporando também as atividades relacionadas ao sistema agrícola Werekena, para esta se tornar uma referência de organização dos sistemas econômicos do povo Werekena, tendo como premissa a valorização da cultura e das tecnologias sociais próprias.



Figura 8. Oficina de Gestão do Conhecimento para discussão do estatuto da associação.
Fonte: OSOEGAWA (2023).

Durante a discussão do estatuto social e da estrutura organizacional, os participantes decidiram que era importante ter algumas disposições que visassem garantir espaço de participação para mulheres, jovens e pessoas ligadas à educação. A partir desta motivação, decidiram utilizar o termo “agricultoras” no título da associação. Também determinaram a vaga de presidente ou vice-presidente deve ser ocupada por uma mulher.

Destaca-se que a pauta de valorização das mulheres nas organizações indígenas é um valor que a Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro vem encampando há mais de duas décadas, tendo como marco a criação do departamento de mulheres no ano 2000, resultado de reivindicação das mulheres por mais espaços de protagonismo no movimento indígena (MELO & COSTA, 2022). Estes valores vêm se espalhando aos poucos para as estruturas das organizações de base e ganhou mais força recentemente, com a ampliação de ações voltadas às mulheres indígenas devido ao aumento das linhas de financiamento para apoiar o protagonismo feminino, possibilitando a ampliação da pauta nas comunidades.

Os participantes também decidiram que na diretoria da associação também é obrigatório ter sempre um representante dos jovens e do setor educacional. Esta intersecção com a educação foi pensada em reconhecimento da importância da educação escolar indígena para a valorização dos conhecimentos do povo Werekena, incluídas aí suas tecnologias de manejo e produção da sociobiodiversidade e gestão territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos Werekena e Baré do rio Xié têm em sua trajetória histórica um processo de ampliação da autonomia frente às relações com o mercado, que tem passado pela defesa de direitos, valorização de seus produtos e suas redes de conhecimento produtivo e pelo desenvolvimento e aprimoramento de novas competências, através da educação escolar indígena e o associativismo.

Estratégias devem ser construídas dentro de uma perspectiva intercultural e participante, para valorizar e reforçar os valores e concepções próprios, e para aproveitar oportunidades que possam beneficiar a ampliação da autonomia, ressignificando a partir da lógica própria os elementos externos. Assim, é necessário que ocorra o inverso do que era proposto pela relação integracionista clássica existente nas relações da sociedade nacional com os povos indígenas antes da constituição de 1988, em que se almejava integrá-los a sociedade nacional, de forma que abandonassem a cultura e identidade. Se propõe um integracionismo ao revés, em que elementos da sociedade nacional possam ser ressignificados na visão intercultural às sociedades indígenas para fortalecer seus projetos societários abandonando a lógica externa e sejam guiados pelos valores socioculturais exógenos.

Este processo, que envolve a inserção de elementos da economia monetária na economia indígena, se expressa nas comunidades, de forma espontânea, pois nos processos protagonizados por eles, em que eles têm completo potencial de decisão, os elementos externos que ingressam ficam imersos nos valores culturais.

As metodologias de planejamento participante (FARIA, 2015), permitem que essa construção conjunta seja alinhada aos anseios dos povos indígenas, pois tem em sua premissa o protagonismo indígena em todas as fases do processo. Dentre essas metodologias figura a gestão do conhecimento, que visa a produção de um conhecimento coletivo, parte da socialização do conhecimento dos sujeitos envolvidos, valorizando os aspectos culturais e valores associados para produzir um novo conhecimento para lidar com os atuais desafios enfrentados pelos povos indígenas.

Nesse sentido, as análises desenvolvidas ao longo da pesquisa junto com a metodologia em questão permitem pensar e evidenciar a importância do manejo da piaçava na vida do povo Werekena como uma alternativa de empoderamento e geração de relações mais justas na comercialização dessa fibra e seus produtos. Serviu como subsídio para uma proposta de reestruturação da cadeia de valor, tendo em vista os anseios e possibilidades de atuação vislumbrados por eles e uma recomendação de ações para que apoiem esse processo de transição que se fundamenta nas informações dos valores da economia indígena, nos dados da pesquisa, na sabedoria dos piaçabeiros e artesãos, nas experiências de outros projetos de sustentabilidade da região e nas possibilidades articulação local com órgãos do poder público.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos inicialmente ao povo Werekena, a ACIRX pela autorização e participação na pesquisa que em muito contribuiu para seu êxito e ao CNPQ pelo

financiamento sem o qual essa pesquisa não teria como ser realizada e alcançado os resultados.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Concepção: Ivani Ferreira de Faria e Diego Ken Osoegawa. **Metodologia:** Ivani Ferreira de Faria e Diego Ken Osoegawa. **Análise:** Ivani Ferreira de Faria e Diego Ken Osoegawa. **Trabalho de campo:** Diego Ken Osoegawa. **Escrita do artigo:** Ivani Ferreira de Faria e Diego Ken Osoegawa. **Revisão:** Ivani Ferreira de Faria e Diego Ken Osoegawa. **Aquisição de financiamento:** Ivani Ferreira de Faria. Todos os autores leram e concordaram com a versão publicada do manuscrito.

REFERÊNCIAS

ALEMÃO, Jonato Gregório; **Mayeta Kuxima Calêndariu Baré**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Indígena: Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável) Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

ALLEGRETTI, Mary Helena. Políticas para o uso dos recursos naturais renováveis. A região Amazônica e as atividades extrativas. *In:* CLÜSENER-GODT, Miguel.; SACHS, Ignacy. **Extrativismo na Amazônia Brasileira: Perspectivas sobre o desenvolvimento regional**. Compêndio MAB 18. Paris: Unesco, 1994.

AMAZONIA SOCIOAMBIENTAL. **Tucumã de Ideias**. Disponibilizado em: 2ª Oficina de Construção de Projetos Socioambientais e Tecnologias Sociais. São Gabriel da Cachoeira, 2015.

ANDRADE, Alexandre Augusto Lopes Goulart. **Artesãos da floresta**. População tradicional e inovação tecnológica: o caso do "couro vegetal" na reserva extrativista do alto Juruá, Acre. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2003.

CARNEIRO-FILHO, Arnaldo. Un essai d'application de la télédétection à l'extractivisme : l'exemple de la piaçabeira. Em: EMPERAIRE, Laure (Org.) **La Forêt en Jeu - L'extractivisme en Amazonie centrale**. Marseille: IRD Éditions, 1996.

CRUZ, Aline da. **Fonologia e Gramática do Nheengatú** - A língua geral falada pelos povos Baré, Warekena e Baniwa. Tese (Doutorado em Linguística) - Vrije Universiteit Amsterdam (VU), Amsterdam/ Holanda, 2011.

FARIA, Ivani Ferreira de. **Gestão do Conhecimento e território indígena**: Por uma geografia participante. Manaus: Reggo Edições, 2015.

FARIA, Ivani Ferreira de. Metodologias participantes e conhecimento indígena na Amazônia: Propostas interculturais para a autonomia. *In:* Santos, B. S. *et al.* **Epistemologías del Sur – Epistemologias do Sul**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Coimbra: Centro de Estudos Sociais – CES, 2018.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A dinâmica do extrativismo vegetal na Amazônia:** Uma interpretação teórica. Belém: EMBRAPA - Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido, 1990.

IBGE. Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal. Publicado em: 07/08/2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal#:~:text=Em%202022%2C%20Manaus%20era%20o,%2C%20com%2034%2C5%20mil>> Acesso em: 19/03/2024

JOSA, Ignacio Oliete. **Piaçabeiros e piaçaba no médio rio Negro (Amazonas – Brasil), socioeconomia da atividade extrativista e ecologia da Leopoldinia piassaba Wallace.** Dissertação (Ciências Agrárias). Programa Integrado de Pós-Graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais, INPA/UFAM, Manaus, 2008.

MELO, Flavia; COSTA, Elisângela Silva. **As Mães do DMIRN – Conquistas e Desafios.** Manaus: Edua, 2022

MORÁN, Emílio F. **A Ecologia Humana das Populações da Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1990.

OSOEGAWA, Diego Ken; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Inovações e Tecnologias Sociais: Bases conceituais e Princípios Epistemológicos para a Sustentabilidade e Bem-viver. **Revista Videre**, V.16, n. 34, p.53-79, 2024

OSOEGAWA, Diego Ken; FARIA, Ivani Ferreira de; *et all.* Mapeamento Participante e a Gestão do Conhecimento: desenvolvendo tecnologias sociais para a gestão do território e valorização da língua e dos signos culturais do povo Werekena. *IN: Descolonizando a Academia: cruzando os rios da interculturalidade e percorrendo as trilhas do saber para a autonomia.* FARIA, Ivani Ferreira de. *et all.* Curitiba: CRV, 2020.

SAHLINS, Marshall. O Pessimismo Sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em via de extinção. **Mana**, V.3 n°1. Rio de Janeiro/Museu Nacional, abr.1997.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. Em: GRAMMONT, Hubert Carton de; MARTINEZ VALLE, Luciano (Orgs.) **La pluriactividad en el campo latino-americano.** 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso 2009.

SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária – Ministério do Trabalho – Brasil. Plano Nacional de Economia solidária. Brasília: [s.n], 2015. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/EconomiaSolidaria/PlanoNacionalEcoSol.pdf>> Acesso em:10/02/2024.



Revista Geonorte, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Brasil. Obra licenciada sob Creative Commons Atribuição 3.0